

PARADOXOS BRASILEIROS

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Sai da reunião do Conselho da Confederação Nacional do Comércio com uma dose suplementar de perplexidade e de acabrunhamento. O conferencista do dia discorrera sãbiamente sobre os problemas da economia cafeeira. Não sendo economista, não pude acompanhar em todas as minudencias os aspectos da questão abordados pelo orador, nem consegui reter as cifras abundantemente citadas, mas creio ter apreendido o que basta para produzir numa alma brasileira aquele acréscimo de tristeza a que me referi acima. O café virou problema. O nosso "principal produto de exportação" tornou-se gravoso. Em linguagem mais chã, virou abacaxi. O fato é que o mundo toma menos café do que produz. Sobram milhões de sacas que ninguém quer comprar. Seria de esperar que a parte encaçada estivesse equitativamente distribuída pelos principais produtores, que são o Brasil, a Colômbia e a África; e assim mesmo distribuído o encalhe seria bastante para aborrecer os produtores dos respectivos países. Mas ocorre uma coisa que nos estarrece: ficou só para o Brasil, praticamente, o onus do encalhe. E por que? Simplesmente porque, sendo igual ao da África e não sendo melhor do que o da Colômbia, o café do Brasil é o mais caro. Nesse meio tempo, e justamente porque tem preço alto e estimulante para o produtor, crescem no Brasil as áreas cafeicultoras e cresce também, nas áreas pré-existentes, graças a melhores técnicas, a produtividade por hectare. E assim, num país em desenvolvimento, que tudo deve fazer para aumentar os índices de produtividade, temos um caso — e caso vultoso, pois ocorre com o principal produto — em que o aumento de produtividade se transforma em problema, em crise, em aflição.

Já se tem falado em queimar o excedente, como aliás já se fez diversas vezes no passado. A primeira vista parece absurdo, metafisicamente errado, o processo de destruir riquezas que custaram esforços de milhões de brasileiros; parece que, em vez de queimar, o governo devia distribuir pelos pobres as sacas encaçadas; mas na verdade não há processo, economicamente possível, para efetivar tal distribuição. Distribuem-se com facilidade os bens que se acham em pequenas concentrações; mas não se consegue espalhar, como seria desejável, a montanha de sacas de café armazenadas em Santos, a não ser pelos próprios habitantes da cidade paulista. O mecanismo normal de distribuição é o comércio, mas infelizmente é esse mesmo comércio, interior e exterior, que está saturado de café. O absurdo da queima não reside na operação técnica, na solução última e extrema do fogo: o absurdo deve estar nos atos anteriores que compõem o governo a tão estúpida medida. E resta saber ainda uma coisa. Estará o povo brasileiro em boa situação psicológica para aguentar o impacto de mais esse monstruoso disparate? Se eu fôsse governo teria medo de proporcionar ao povo, na noite de São João, a esquisita pirotécnica com cujo fumo se pretende aplacar a ira dos deuses da superprodução, ou melhor, da produção desvalrada. E como, apesar de não ter a menor simpatia pelos atuais dirigentes do país, desejo que cheguem pacificamente ao termo dos mandatos, eu também tenho medo. O que fazer então? Não sei. O sr. Alkmin nos aconselha a dobrar o número de xícaras de café, e a fazer cada café mais encorpado. Esse conselho me deu a impressão, acompanhada de pavor, de que o sr. Alkmin também não sabe o que fazer. O fato é que o cafezinho habitual, que tomo com patriotica frequência, deixa-me hoje na boca um travo, um amargor que não pode ser imputado à falta de açúcar ou à má qualidade do grão. Ao natural e saboroso amargor mistura-se outro, que é cívico, e que não pode ser adoçado. E ainda quer o ministro que engulamos quantidade maior dos dois amargores! Cumpre ainda assinalar um fato curioso que tirei de um velho caderno do armazem que há vinte anos me serve. Num caderno de 1945 o preço de quilo era de 5 cruzeiros, hoje é de setenta. Subiu doze vezes o mais nacional dos produtos, enquanto subiam apenas quatro ou cinco vezes, no mesmo intervalo de tempo, os produtos estrangeiros. Creio poder afirmar,

com o caderno da venda na mão, que o café foi o artigo que sofreu mais vertiginosa ascensão. Como pode então o Ministro esperar, de um povo oprimido, maior consumo de nossa negra champagne?

Mas sejamos justos: o problema do café não pode ser imputado ao atual governo. E' antigo e crônico. Dizem eles que já encontraram o café assim, que a situação foi criada pelos governos anteriores, etc., etc. Realmente, a crise do café não pode ser classificada entre as coisas que este governo fez; mais corretamente deve ser classificada entre as coisas que deixou de fazer. E nesta classe, a das coisas que deixaram de fazer, estão as características principais do atual governo que, na campanha eleitoral, e na propaganda ainda mantida, nos canais de rádio que se recusam aos contraditores, se apresentou à nação como uma equipe de dinâmicos realizadores. O fato é que as únicas desculpas que encontram para as grandes crises é esta: não foram eles que tiveram a iniciativa. Não foram eles que inventaram a superprodução do café. Não foram eles que produziram o atual descalabro do ensino. Não foram eles que introduziram o comunismo no Brasil. Não foram eles que esburacaram a capital da República, nem foram eles que tiraram a água das bicás da mesma infeliz capital. Não foram eles também, coitados, que começaram a Universidade que hoje está tão encaçada como o café. A inflação, justa seja feita, é anterior ao sr. Alkmin. O atraso em que se acha o Departamento de Correios e Telégrafos é também anterior ao Coronel Bitencourt. O preço de cento e vinte e seis cruzeiros atingido pelo dólar é um pequeno e bonito recorde que talvez possamos atribuir ao sr. Alkmin, mas a rigor mesmo isso, mediante um raciocínio cuidadoso, pode ser explicado como simples decorrência da extrapolação de uma curva invencível. Eles não têm culpa de nada. Eles não fizeram nada. Nada. Três vezes nada. E' o elogio que se pode com justiça fazer deste governo.

Não. Esquecia-me de Brasília. Aliás não sou eu só o esquecido. Ultimamente não se fala mais de Brasília. Tempos atrás não havia jornal sem alguma notícia do planalto, e não passava semana sem carta de algum entusiasta a me demonstrar, num peculiar estilo que parece inerente à obra, que o Presidente estava empenhado na patriótica tarefa de dar cumprimento ao imperativo constitucional que manda mudar a capital da República. E' verdade. Existe o tal imperativo. Mas posso dizer também que não existe, porque não pode existir um imperativo dessa natureza se não é acompanhado de um preceito de data. A Constituição não determina em lugar algum que a capital deva ser mudada em 1960 ou em 2960. Fica o cuidado da oportunidade feliz ao critério do Presidente. E é aqui que reside o centro da questão, ou o coração do

problema. A maioria das pessoas que me escrevem, naquele tal peculiar estilo, costumam raciocinar assim: o Presidente faz bem em tocar a obra com a maior velocidade possível porque, como nós bem sabemos, se ele não fizer a mudança o outro presidente deixará a obra encaçada. Ora, a mesma premissa, aquela que se refere ao que nós bem sabemos, me leva a uma conclusão diferente, e tenho a impertinência de achar meu raciocínio mais perfeito do que o dos defensores de Brasília. Se nosso país possui atualmente uma tal incapacidade de funcionamento das instituições, se um presidente não é capaz de continuar a obra de outro, se a situação em que vivemos hoje se caracteriza por tão monstruosa e doentia discontinuidade, então, pelo amor de Deus, isto prova exatamente que não estamos em condições de empreender tão árdua tarefa. E não prova, de modo algum, que deva ser feita de modo doido, porque somos doidos. Em outras palavras, enquanto não dermos provas de sermos capazes de dez ou vinte anos de coerência, não podemos mudar a capital da República. Ora, esta prova, pelo que dizem eles mesmos, ainda não foi oferecida à Nação. A única continuidade que sabemos manter é a dos problemas insolúveis, como o do café. Ou como o do ensino. Ou como a da vertigem inflacionária. Etc. Etc.

Mas a verdade é que Brasília está passando lentamente, irresistivelmente, para aquela classe das coisas que eles não fizeram. Não julgo só pelo silêncio que reina em torno do planalto. Outro dia veio de lá um amigo, e esteve a discorrer longamente sobre as coisas que não existem em Brasília. Parece que existe meio palácio, meio hotel, e mais alguns meios-edifícios. Na estrada, já esburacada, viu meu amigo centenas de caminhões encaçados, e no planalto, o que imaginava que existisse, o que julgava que devia existir. E assim, por esse processo de lenta deterioração, que os físicos chamariam de entropia crescente, vai Brasília entrando no quadro dos paradigmas oficiais, vai se tornando dia a dia mais parecida com os milhões de sacas de café que entopem os armazens de Santos. O que ficará desse encalhe? O próximo governo terá o mesmo tipo de desculpa: não foi dele a idéia de tão precipitada mudança. Gastou-se um dinheiro fabuloso, como também se gastou para plantar o café que hoje falam em queimar. Terá alguém um dia a idéia, economicamente defensável, de queimar Brasília, isto é, de queimar o encalhe do planalto para apagar da memória do povo o desatino de um governo? Queimarão também o edifício da Universidade que está ali na Ilha do Governador, como um esgarço? Queimarão o Centro Cívico de Curitiba? Queimarão enfim todos os abortos produzidos pelos nossos faraós? Digo então como Pascal, na sua memorável visão: Fogo!